

## Termo de Notificação - TN

Processo:	PCSB/CSB/0041/2020
Nome da Fiscalização:	AF no SAA e SES de Barbalha
Relatório de fiscalização:	RF/CSB/0022/2020

### 1. Identificação do Órgão Fiscalizador

Nome:	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará.
Endereço:	Centro Adm Virgílio Távora- Av Gal Albuquerque Lima, Cambeba-CEP 60822-325, Fortaleza
Telefone:	(85) 3194-5605

### 2. Identificação do Notificado

Nome:	CAGECE
CNPJ:	07040108000157
Responsável:	Neurisângelo Cavalcante de Freitas
Qualificação:	Concessionária dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
Endereço:	Av. Dr. Lauro Vieira Chaves, 1030 - Vila União, Fortaleza-CE

### 3. Descrição dos Fatos Apurados

Determinação:	D2 (RF/CSB/022/2020)
Constatações:	<p>-A análise quantitativa dos exames bacteriológicos e de cloro residual fornecidos pelo Laboratório Regional da UN-BSA, provenientes de amostras coletadas na saída da ETA e na rede de distribuição, no período de fev/2020 a jul/2020, demonstra que não foram distribuídas uniformemente, conforme determina a Portaria de Consolidação MS nº 5/2017:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; saída da ETA - meses de março, junho e julho;</li> <li>&gt; rede de distribuição - meses de fevereiro a maio.</li> </ul> <p>- A análise quantitativa dos laudos físico-químicos e bacteriológicos da CAGECE produzidos pelo Laboratório Regional da UN-BSA, provenientes de amostras coletadas na rede de distribuição do SAA de Barbalha, no período de FEV/2020 a JUL/2020, demonstra que a CAGECE não está atendendo o plano de amostragem mínimo exigido pela Portaria de Consolidação MS nº 5/2017, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Turbidez - Número de amostras abaixo do mínimo exigido nos meses de março a julho/2020;</li> <li>&gt; CRL - Número de amostras abaixo do mínimo exigido nos meses de março a julho/2020;</li> <li>&gt; Bacteriológicas - Número de amostras abaixo do mínimo exigido nos meses de março a julho/2020.</li> </ul>
Orientação:	A CAGECE deve desenvolver o controle da qualidade da água bruta e tratada de acordo com o disposto na legislação, visando corrigir as não conformidades descritas na constatação C2.
Prazo (dias):	30
Fundamento Legal:	<p>Art. 22 do Código de Defesa do Consumidor - Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.</p> <p>Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste Código.</p>

Constatações:

Fundamento Legal:	- Art. 4º da Res. nº 122/2009 da ARCE - O PRESTADOR DE SERVIÇOS deverá desenvolver Programas de Monitoramento da Qualidade da Água Bruta e da Água Tratada, nos termos da legislação vigente do Ministério da Saúde. § 1o - Os Programas de Monitoramento devem ser atualizados pelo menos a cada 12 (doze) meses. § 2o - O PRESTADOR DE SERVIÇOS deverá dar publicidade ao nível de qualidade da água distribuída à população, nos termos do decreto 5.440/2005 ou legislação substituta.
Infrações:	06.02 - Controle da qualidade da água - Não desenvolver o controle da qualidade da água, bruta e tratada, de acordo com o disposto na legislação.

#### 4. Ações a serem empreendidas pelo Notificado

O notificado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento deste Termo de Notificação, para se manifestar sobre o assunto nele tratado, oferecendo as informações e os documentos que considerar necessários ou convenientes à fiscalização. A manifestação deverá ser dirigida ao Coordenador da ARCE.

#### 5. Representante do Órgão Fiscalizador

Nome:	Geraldo Basílio Sobrinho		
Cargo/Função:	ANALISTA DE REGULAÇÃO	Matricula:	49-1-X
Lotação:	Coordenadoria de Saneamento		

Fortaleza, 25/09/2020	Assinatura:
Recebido em: __/__/____	
Por _____	
Identificação	Assinatura _____